



Revista Portuguesa de Estudos

Regionais

E-ISSN: 1645-586X

rper.geral@gmail.com

Associação Portuguesa para o
Desenvolvimento Regional
Portugal

Caleiro, António

Estarão os portugueses a 'votar com os pés'? uma apreciação sobre a questão
Revista Portuguesa de Estudos Regionais, núm. 9, 2005, pp. 79-89

Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional
Angra do Heroísmo, Portugal

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=514351908005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

ESTARÃO OS PORTUGUESES A 'VOTAR COM OS PÉS'?

UMA APRECIAÇÃO SOBRE A QUESTÃO

António Caleiro¹ - Departamento de Economia Universidade de Évora Portugal - caleiro@uevora.pt

RESUMO:

Como é sabido, os movimentos migratórios à escala regional são fruto de uma diversidade de factores. Sendo entendidos como uma reacção, por parte da população, a desvantagens (inaceitáveis) de natureza económica apresentadas pela região de origem, estes movimentos demográficos constituem um importante exemplo da chamada 'votação com os pés'. Claramente, a inexistência (ou a mera ineficácia) de políticas regionais que tenham como objectivo combater este fenómeno acarreta a inevitável desertificação humana a qual, certamente, constitui um crucial entrave ao desenvolvimento regional.

O objectivo principal deste trabalho é o de verificar se existe evidência empírica, em Portugal, suportando a hipótese de que aos movimentos migratórios regionais se pode associar o fenómeno da 'votação com os pés'. Dado que o espaço de tempo decorrido entre os dois últimos Censos da População nos parece ser suficiente para se puderem observar com alguma segurança as tendências migratórias verificadas em Portugal, aquele objectivo pretende ser atingido usando os dados dos Censos de 1991 e 2001, recorrendo a uma metodologia que se baseia no uso de técnicas estatísticas especialmente adequadas no tratamento de variáveis que se apresentam localizadas no espaço nacional.

Palavras-chave: Demografia Regional, Desemprego, Econometria Espacial, Movimentos Migratórios
CLASSIFICAÇÃO JEL: E24, J61, J64, R15

ABSTRACT:

As is well known, human migrations, at the regional scale, are due to a diversity of factors. Being understood as a reaction of the population to the (unacceptable) disadvantages of economic nature presented by the origin region, these demographic movements constitute an important example of the, so called, 'feet voting'. Clearly, the inexistence (or the mere inefficacy) of regional policies designed to eliminate this phenomenon causes the inevitable human desertification, which, certainly, constitutes a crucial obstacle to the regional development.

The main objective of the paper is to verify if it exists, in Portugal, empirical evidence supporting the hypothesis that the regional migratory movements can be associated with the phenomenon of 'feet voting'. The time elapsed between the two last Population Censuses (1991 and 2001) seems to be enough in order to be able to scrutinize with some security the migratory trends in Portugal, using a methodology that it is based on the use of statistical techniques especially adequate in the treatment of variables which reflect a particular spatial localisation.

Keywords: Migrations, Regional Demography, Spatial Econometrics, Unemployment

JEL CODES: E24, J61, J64, R15

¹ Em primeiro lugar gostaria de agradecer os comentários e sugestões do avaliador anónimo deste trabalho, os quais, em particular, permitiram tornar o conteúdo real deste trabalho mais próximo do, simultaneamente, desejável e possível. Gostaria de agradecer também os comentários tecidos pelos participantes no II Congresso Português de Demografia onde uma versão prévia deste trabalho foi apresentada. Obviamente, quaisquer erros e/ou omissões são da minha inteira responsabilidade.

INTRODUÇÃO

Como é sabido, os movimentos migratórios à escala regional são fruto de uma diversidade de factores. Sendo entendidos como uma reacção, por parte da população, a desvantagens (inaceitáveis) de natureza económica apresentadas pela região de origem, estes movimentos demográficos constituem um importante exemplo da chamada 'votação com os pés'.² Significa isto que o termo 'votação com os pés' é usado à la Tiebout (1956), ou seja como uma manifestação de preferências (*votação*), a qual implica uma deslocação das pessoas (*com os pés*, portanto) para uma comunidade ou região onde as condições económicas – no caso de Tiebout (1956), o cabaz de bens públicos – é mais favorável ou apetecível.³ Claramente, a inexistência (ou a mera ineficácia) de políticas regionais que tenham como objectivo combater este fenómeno acarreta a inevitável desertificação humana a qual, certamente, constitui um crucial entrave ao desenvolvimento regional. Aliás, uma perspectiva, ainda que parcial, deste fenómeno demográfico admite ser esta, ela própria, a consequência lógica de políticas de incidência regional, as quais, sendo atenedoras ao peso eleitoral das diversas regiões, tendem a privilegiar as regiões já por si mais povoadas.⁴

Sendo certo que a decisão de migrar acarreta custos óbvios e só se justifica se (hipoteticamente) as condições de vida na região de destino se apresentarem inequivocamente melhores que as existentes na região de origem, tal significa que a 'votação com os pés' é, quase sempre, sinónimo de uma efectiva deslocalização da população activa (bem como das camadas populacionais mais jovens que dela dependem). Assim sendo, a este fenómeno demográfico,

para além da desertificação humana, associa-se, quase inevitavelmente, o envelhecimento das regiões de origem por contrapartida do rejuvenescimento das regiões de destino.

O objectivo principal deste trabalho é, assim, o de verificar se existe evidência empírica, em Portugal, suportando a hipótese de que aos movimentos migratórios regionais se pode associar o fenómeno da 'votação com os pés'. Dado que o espaço de tempo decorrido entre os dois últimos Censos da População nos parece ser suficiente para se puderem observar com alguma segurança as tendências migratórias verificadas em Portugal, aquele objectivo pretende ser atingido usando os dados dos Censos de 1991 e 2001, recorrendo a uma metodologia que se baseia no uso de técnicas estatísticas especialmente adequadas no tratamento de variáveis que se apresentam localizadas no espaço nacional.

Claramente, uma questão de crucial importância para o teste à hipótese colocada neste trabalho prende-se com o nível de agregação nos dados. Uma análise individual, embora na prática impossível de se realizar, permitiria certamente ser peremptório quanto à validade, ou não, da hipótese, em termos afirmativos, que colocamos, ou seja que os movimentos migratórios que se registaram em Portugal, no período inter-censitário, se terão devido, em parte, a razões de natureza económica. Como é sabido, inferir acerca de comportamentos individuais a partir de dados agregados é, regra geral, uma tarefa extremamente difícil – nesta dificuldade consiste o chamado 'ecological inference problem'. Apesar de algumas tentativas terem sido feitas para ultrapassar este problema (veja-se King, 1997, e Anselin e Cho, 2002, para uma

² Não deixa de ser interessante constatar que existe mesmo um sítio na Internet dedicado ao fenómeno da 'votação com os pés'. Veja-se <http://votewithyourfeet.com>.

³ Como é evidente, seguindo a linha original do modelo de Tiebout (1956), as questões de 'votação com os pés' são também importantes para o financiamento dos bens públicos, em particular, bem como para o federalismo fiscal, em geral.

⁴ Sobre esta questão veja-se Caleiro (2004).

crítica), a verdade é que a natureza inferencial da resposta à questão colocada: “Estarão os Portugueses a ‘votar com os pés’?”, poderá conduzir a uma rejeição quanto a uma resposta positiva ou, no máximo, à sua não rejeição.

O resto deste trabalho está dividido em três secções. Na segunda secção procede-se a uma breve descrição da evolução pela qual passou a população Portuguesa no período inter-censos, prestando especial atenção aos movimentos migratórios. A terceira secção pretende, então, dar resposta, nos termos imediatamente atrás apresentados, à questão: “Estarão os Portugueses a ‘votar com os pés’?”. A quarta secção conclui apresentando as principais limitações deste trabalho, as quais se pretende serem eliminadas ou, pelo menos, diminuídas em trabalhos futuros.

2. BREVE DESCRIÇÃO DA DINÂMICA POPULACIONAL INTER-CENSOS

O crescimento da população Portuguesa registado entre os Censos de 1991 e 2001, cerca de 319 mil pessoas, deveu-se, sobretudo, ao movimento migratório, tendo-se verificado um saldo positivo de cerca de 229 mil pessoas, já que graças ao saldo natural a população somente aumentou cerca de 90 mil pessoas.⁵ É interessante verificar que todas as NUTS II do continente apresentaram saldos migratórios positivos, tendo os Açores e a Madeira apresentado um saldo migratório negativo.⁶

Em termos gerais, pode afirmar-se que o interior do país perdeu população, exceptuando o Alentejo Cen-

tral e a Cova da Beira, tendo o litoral ganho população, alguma dela oriunda precisamente do interior do país.

Sendo certo que o saldo natural, ao longo das diversas regiões do país, apresentou valores positivos e também valores negativos, o que significa uma diferença regional no que diz respeito, essencialmente, à natalidade (em resultado de um maior envelhecimento de algumas zonas geográficas, que se agravou em todas as regiões do país, particularmente no norte e nas regiões autónomas) também é verdade que, ao nível dos saldos migratórios, se registaram diferenças significativas de região para região.

Naturalmente, a nível regional, os ritmos de variação da população diferiram em consequência dos diferentes ritmos de variação das suas variáveis componentes.⁷ Conforme reconhecido em Carrilho e Patrício (2003), a associação de saldos migratórios negativos com saldos naturais bastante negativos, em particular nas regiões do interior, originaram perdas populacionais significativas, reforçando, desta forma, as dicotomias entre o interior e o litoral. De acordo com Nazareth (2004), pg. 16: “O Portugal demográfico tem grandes assimetrias regionais: passou de uma oposição norte/sul para uma oposição litoral/interior”.⁸ Para além deste fenómeno verificou-se um outro de características interessantes, ou seja aquele que resultou no aumento do ‘cerco’ em relação às grandes cidades. Assim, os concelhos de Lisboa e do Porto perderam população enquanto os seus concelhos limítrofes aumentaram de população.⁹

⁵ Valores já corrigidos pelos erros de cobertura registados nos Censos.

⁶ Aparentemente, a saída de residentes nas regiões insulares correspondeu essencialmente a emigração e não tanto a migração para outras regiões do país.

⁷ Veja-se Carrilho (2002).

⁸ Guerreiro e Caleiro (2005) confirmam, em termos gerais, esta evolução também em termos económicos.

⁹ Veja-se Ferrão (2003) para uma análise interessante das chamadas ‘crateras urbanas’ de que Lisboa e Porto são exemplos significativos.

Relativamente ao saldo migratório, este tende “[...] a aproximar-se do resultado nulo, verificando-se assim a tendência para o maior equilíbrio territorial”, Nazareth (2004), pg. 30.

3. ESTARÃO OS PORTUGUESES A ‘VOTAR COM OS PÉS’?

Como é evidente, as migrações populacionais internas são uma parte, mais ou menos, significativa dos factores complementares à permanência das populações nas diversas regiões do país. Assim sendo, é relevante, em particular para os objectivos deste trabalho, ter em conta o grau de ‘retenção’ populacional das várias regiões, medido pela percentagem da população residente, nos vários concelhos, em 2001 que já o era em 1991. Em termos gerais, no período inter-censitário, o interior caracterizou-se por maiores taxas de permanência do que o litoral o que, certamente, se ficou a dever a uma mais fraca contribuição conjunta da natalidade e da imigração. Embora a natalidade se tenha comportado de forma diferente nas diversas regiões do país é credível admitir que, de um modo geral, o litoral tenha atraído mais imigrantes e, por isso, se caracterize por menores taxas de permanência populacional.

O conhecimento de como a riqueza nacional se distribui ao longo do país não parece pôr em causa que o deslocamento populacional se fez, em termos gerais, na direcção das regiões mais atractivas do ponto de vista económico, isto é, essencialmente, o litoral mas também alguns concelhos do interior, geralmente associados a casos particulares de atracção espacial.

A hipótese de, real, ‘votação com os pés’ exige a sua confirmação através da análise de factores económicos que permita clarificar a associação entre os movimentos populacionais e os diferenciais de desempenho económico por parte das diversas regiões do

país. De entre aqueles factores económicos, as taxas de desemprego regionais são um óbvio factor de possível atracção ou repulsão populacionais.

No que diz respeito àquela associação, as hipóteses de trabalho que iremos considerar são as seguintes:

1. A deslocação de um indivíduo empregado, deixando um lugar vago, da região de origem para a região de destino onde não se consegue empregar, *em termos imediatos*, aumenta a taxa de desemprego a nível nacional. Neste caso, a taxa de desemprego da região de origem aumenta, em resultado de a população activa ter diminuído uma unidade, enquanto a taxa de desemprego da região de destino aumenta, em resultado de a população activa ter aumentado uma unidade mas o mesmo acontecendo à população desempregada.
2. A deslocação de um indivíduo desempregado da região de origem para a região de destino onde não se consegue empregar, *em termos imediatos*, não altera a taxa de desemprego a nível nacional. Neste caso, a taxa de desemprego da região de origem diminui, em resultado de a população activa ter diminuído uma unidade mas o mesmo acontecendo à população desempregada, enquanto a taxa de desemprego da região de destino aumenta, em resultado de a população activa ter aumentado uma unidade mas o mesmo acontecendo à população desempregada.
3. A deslocação de um indivíduo empregado, deixando um lugar vago, da região de origem para a região de destino onde ocupa um lugar vago, *em termos imediatos*, não altera a taxa de desemprego a nível nacional. Neste caso, a taxa de desemprego da região de origem aumenta, em resultado de a população activa ter diminuído uma unidade, enquanto a taxa de desemprego da região de destino diminui, em resultado de a população activa ter aumentado uma unidade.

4. A deslocação de um indivíduo desempregado da região de origem para a região de destino onde ocupa um lugar vago, *em termos imediatos*, diminui a taxa de desemprego a nível nacional. Neste caso, a taxa de desemprego da região de origem diminui, em resultado de a população activa ter diminuído uma unidade mas o mesmo acontecendo à população desempregada, enquanto a taxa de desemprego da região de destino diminui, em resultado de a população activa ter aumentado uma unidade.

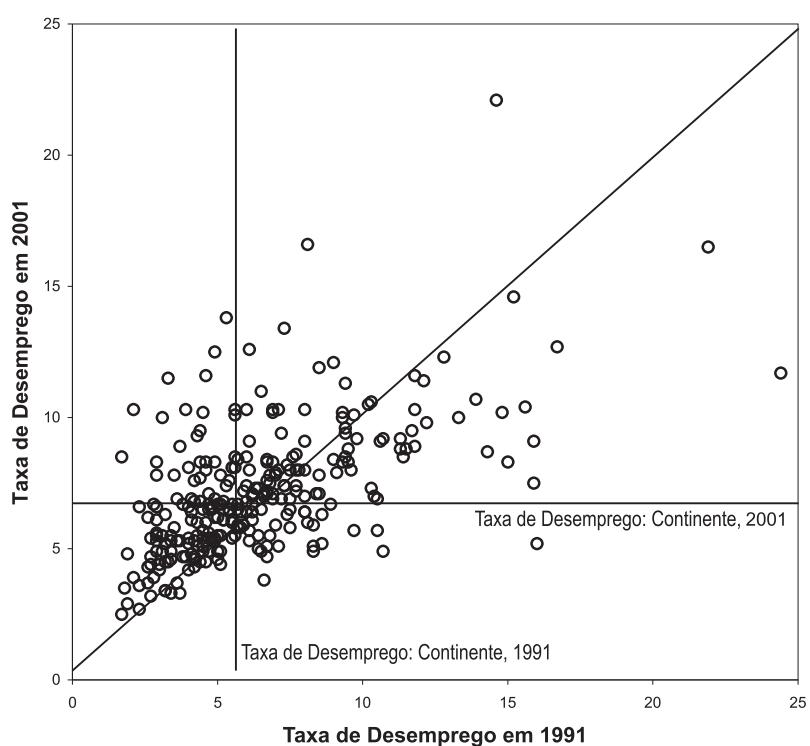
As duas primeiras hipóteses correspondem a situações de migração ‘especulativa’, ambas admissíveis por ineficiências no processo de decisão do indivíduo, em particular a primeira, sendo esta a menos congruente com a ‘votação com os pés’.

Em relação às duas últimas hipóteses, são sem dúvida as mais interessantes. A sua distinção empírica poderá ser feita através da análise da evolução da

taxa de desemprego, a nível nacional, mas sobretudo das disparidades, ou seja da variabilidade das taxas de desemprego a nível regional. À partida, a constância *temporária* da taxa de desemprego, a nível nacional, deverá ser acompanhada por um aumento na variabilidade das taxas de desemprego a nível regional (hipótese 3) enquanto a redução *temporária* da taxa de desemprego, a nível nacional, deverá ser acompanhada por uma redução na variabilidade das taxas de desemprego a nível regional (hipótese 4). Uma conjugação, em termos agregados, das várias hipóteses é também, obviamente, possível, tornando, neste caso, mais difícil a associação entre o comportamento observado nas taxas de desemprego e a ‘votação com os pés’.¹⁰

Dito isto, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (2003), a figura 1 mostra como evoluiu a taxa de desemprego por concelhos.

FIGURA 1
A evolução da taxa de desemprego (%) por concelhos



¹⁰ Esta dificuldade exige um ‘teste’ de robustez em relação às conclusões obtidas, o que, no caso deste trabalho, será realizado através da aplicação de uma técnica de econometria espacial.

Em termos de evolução no período inter-censitário, dos 278 concelhos do continente, 191, ou seja cerca de 68.7%, viram aumentar a sua taxa de desemprego enquanto os restantes 87, ou seja cerca de 31.3%, viram a sua taxa de desemprego reduzir-se, o que naturalmente acompanhou a tendência geral do país. No continente, a taxa de desemprego, passou de 6.12% para 6.85%.

Em 1991, 156 concelhos tinham uma taxa de desemprego inferior à média, ou seja cerca de 56.1%, enquanto os restantes 122 tinham uma taxa superior à média, ou seja cerca de 43.9%. Já em 2001, 143 concelhos tinham uma taxa de desemprego inferior à média, ou seja cerca de 51.4%, enquanto os restantes 135 tinham uma taxa superior à média, ou seja cerca de 48.6%. De todos os concelhos, 114, ou seja cerca de 41.0%, permaneceram com taxas de desemprego inferiores à média enquanto 93, ou seja cerca de 33.5%, permaneceram com taxas de desemprego superiores à média. De todos os concelhos, 29, ou seja cerca de 10.4%, passaram de uma taxa de desemprego superior à média para uma taxa de desemprego inferior à média enquanto 42, ou seja cerca de 15.1%, passaram de uma taxa de desemprego inferior à média para uma taxa de desemprego superior à média.

De 1991 para 2001, a variabilidade nas taxas de desemprego reduziu-se consideravelmente. O desvio padrão passou de 3.35 para 2.51 enquanto o coeficiente de variação passou de 52.02% para 34.93%. Este facto é coerente, a nível regional, com as hipóteses da 'votação com os pés' atrás apresentadas.¹¹

Em termos de lógica económica, as migrações são um mecanismo de ajustamento regional possibilitando a redução das disparidades regionais dado

permitirem uma melhor afectação de recursos. Deste ponto de vista, a não consideração do espaço ou da distância como factor impeditivo ou restritivo à mobilidade dos factores levaria a considerar que, em equilíbrio, a repartição das actividades económicas seria igual em todo o país. Por outras palavras, a livre mobilidade do factor trabalho levaria a que todas as regiões partilhassem a mesma taxa de desemprego, tal como as primeiras teorias económicas dos movimentos migratórios admitiram.¹² Neste campo, mais recentemente, a consideração explícita de aspectos que se prendem com o espaço foi tida em conta. Assim, as migrações continuam a assumir-se ser resultado de diferenciais nos preços (salários) ou mesmo no nível de desemprego mas tendo em conta aspectos espaciais como, por exemplo, a influência da distância, tal como acontece nos ditos, modelos gravitacionais. Sendo certo que as diferenças regionais podem encorajar a migração, a migração será tanto maior quanto maior for a diferença de desemprego em locais relativamente próximos.

A versão gravitacional da migração está, assim, intimamente relacionada com a hipótese da 'votação com os pés'. De acordo com a visão não espacial da questão, a mobilidade total do factor trabalho implicaria a harmonização das taxas de desemprego, ou seja a existência de uma variância das taxas de desemprego por regiões a tender para zero. A mobilidade total ignoraria o espaço ou seja a distância entre as regiões de origem e de destino. De acordo com a hipótese subjacente aos modelos gravitacionais, quanto maior a distância menor o fluxo. Assim, a tomada em conta da distância, enquanto factor limitativo da migração, permite esperar que a 'votação com os pés' conduza a uma menor variância das taxas de desemprego por regiões mas não forçosamente à sua eliminação. Assim é, até porque ou apesar de

¹¹ Não deixa de ser interessante chamar a atenção para a clara ligação deste facto com os objectivos presentes na chamada Estratégia de Lisboa apontando para a redução da dispersão regional nas taxas de desemprego.

¹² A literatura sobre os fundamentos económicos dos movimentos migratórios é, como é sabido, muitíssimo extensa. Para uma revisão bibliográfica sobre a matéria veja-se, por exemplo, Ghatak *et al.* (1996) e/ou Molho (1986).

as relações existentes entre o nível de salários e o nível de desemprego dificultarem, pela sua natureza, o teste da hipótese de ‘votação com os pés’.

Na verdade, a igualização da repartição espacial das actividades económicas é de difícil verificação por, entre outros factores, a distância geográfica ser, efectivamente, relevante.¹³ No que diz respeito ao caso concreto da taxa de desemprego, de acordo com Niebuhr (2003), parece existir um nível significativo de dependência espacial no que concerne a esta variável, a qual se traduz em *clusters* de regiões com altos níveis de desemprego e outras com baixos níveis de desemprego.¹⁴ Na verdade, a existência destes *clusters* impede que, em resultado da ‘votação com os pés’, se passe para uma situação de reduzido agrupamento geográfico das regiões por nível de desemprego. Por outras palavras, se, por exemplo, um determinado concelho se caracterizar por uma elevada taxa de desemprego, estando este na vizinhança de outro(s) concelho(s) com menores taxas de desemprego concerteza se assistiria mais facilmente a uma migração daquele concelho para o(s) outro(s) concelho(s) do que no caso em que o concelho esteja rodeado por outros também com elevadas taxas de desemprego.

Do que imediatamente atrás se afirmou resulta que uma forma indireta de testar a evidência de que existe ‘votação com os pés’ é a de verificar como a taxa de desemprego de cada concelho se relaciona com a dos concelhos vizinhos, sendo certo que a ‘votação com os pés’ resulta, em caso de existir, numa mais débil/fraca relação entre as observações geograficamente mais próximas dada a maior harmonização das taxas de desemprego. Nestes termos, o exercício

de econometria espacial que se segue pretende ser um ‘teste’ de robustez à associação que se fez entre a dispersão das taxas de desemprego e a ocorrência de ‘votação com os pés’.

A comprovar aquele facto, tome-se a observação que dos 147 concelhos que em 1991 apresentavam taxas de desemprego superiores à do concelho vizinho mais próximo, quase 2/3 (65.3%) viram reduzir a sua diferença, em termos de taxas de desemprego, em 2001 enquanto somente aproximadamente 1/3 (34.0%) viram aumentar a sua diferença em relação à taxa de desemprego do concelho vizinho mais próximo.¹⁵ Também concordantes com a hipótese da ‘votação com os pés’ são os factos de o desvio médio absoluto entre a taxa de desemprego de cada concelho e a do concelho vizinho mais próximo ter baixado de 2.1, em 1991, para 1.8 em 2001 enquanto o desvio padrão daqueles mesmos desvios absolutos ter baixado de 1.9, em 1991, para 1.7, em 2001.

Sendo evidente a influência que a localização espacial exerce sobre o comportamento da maior parte das variáveis demográficas, nomeadamente sobre as migrações, as técnicas econometrísticas mais recentes começaram a tratar convenientemente o espaço, ou seja a localização espacial das observações, enquanto factor fornecedor de informação.¹⁶ Desta forma, a informação fornecida pelas observações localizadas na vizinhança geográfica da observação que se pretende explicar é crucial para, em primeiro lugar, alcançar um modelo estatístico congruente e, em segundo lugar, explicar convenientemente a influência exercida pelos diversos factores sobre a variável explicada.

¹³ Veja-se Pòlese (1998), capítulo 6.

¹⁴ Veja-se também Ahtonen (2003).

¹⁵ O concelho vizinho mais próximo foi considerado como sendo aquele cuja sede de concelho está mais próxima da sede do concelho em causa.

¹⁶ O campo da, chamada, econometria espacial está em fase crescente de expansão. Veja-se, por exemplo, os manuais de Anselin (1988) ou de LeSage (1998).

Uma das abordagens mais utilizadas em econometria espacial é a dos chamados estimadores SAR. Neste caso o modelo de regressão linear múltipla

$$y = X\beta + \varepsilon$$

é corrigido por uma média ponderada das observações vizinhas Dy , de tal forma que

$$y = \alpha Dy + X\beta + \varepsilon. \quad (1)$$

O caso mais simples de um modelo SAR consiste em admitir que a observação de uma determinada variável é explicada, eventualmente para além de um termo constante, somente pela observação da mesma variável correspondente ao vizinho geograficamente mais próximo¹⁷. Neste caso, em (1), a matriz D é constituída por $d_{ij} = 1$ se a observação j é a que está mais próxima geograficamente da observação i , se não $d_{ij} = 0$, enquanto X contém, se for caso disso, uma única coluna referente à constante.

Admitindo aquela hipótese, foram estimados dois modelos (1) cujos resultados se apresentam de seguida. Para 1991, os resultados foram¹⁸:

$$\hat{u} = 2.287 + 0.650 u_v \quad \sigma_{\varepsilon}^2 = 2.627$$

(6.502) (13.197)

onde \hat{u} representa a taxa de desemprego do concelho e u_v representa a taxa de desemprego para o concelho vizinho mais próximo. Para 2001, os resultados foram:

$$\hat{u} = 3.544 + 0.515 u_v \quad \sigma_{\varepsilon}^2 = 2.203$$

(8.457) (9.166)

Em ambos os modelos, todas as estimativas têm os sinais esperados e se revelaram significativas. Apesar da parcimónia dos modelos, o seu poder explicativo é razoável ($r = 0.622$ para 1991 e $r = 0.483$ para 2001), sendo de salientar o menor grau de explicação para 2001, o que não contradiz a hipótese de, em resultado da 'votação com os pés', a redução das disparidades regionais conduzir a uma perda de influência das taxas de desemprego do concelho vizinho mais próximo sobre a taxa de desemprego de cada concelho. Este facto é, aliás, comprovado pela redução do coeficiente autoregressivo espacial, α , de 0.650 para 0.515.

¹⁷ Tal como em séries temporais o modelo mais simples, dito AR(1), relaciona a observação do momento presente somente com a observação do momento imediatamente anterior.

¹⁸ Entre parênteses apresentam-se os valores da estatística t de Student.

4. CONCLUSÃO

Em jeito de conclusão final gostaríamos de afirmar que os resultados não permitem rejeitar a hipótese de que as migrações internas que se verificaram no período inter-censitário se ficaram a dever, em parte, a factores económicos, em particular em resultado de disparidades regionais nas taxas de desemprego, podendo, dessa forma serem vistas como não podendo pôr em causa a evidência empírica respeitante à ‘votação com os pés’.

Em termos das principais limitações deste trabalho, as quais se pretendem reduzir ou, se possível, eliminar em trabalhos futuros há que apontar a parcialidade da análise. Esta será evitável se se dispuser de informação estatística relativa a matrizes de fluxos migratórios a uma escala geográfica suficientemente detalhada. Será tanto mais assim quanto mais outras variáveis económicas se considerarem na análise para além da taxa de desemprego como, por exemplo, os níveis regionais de salários. Só assim, com o correspondente rigor acrescido resultante de uma maior desagregação regional se poderá identificar, com menor dúvida, a direcção dos fluxos migratórios, ou seja de onde e para onde migraram os Portugueses, associando estes fluxos a disparidades regionais de natureza económica.

BIBLIOGRAFIA

- Ahtonen, Sanna-Mari (2003), "Spatial autocorrelation in employment-output relation", Comunicação apresentada no Congresso de 2003 da European Regional Science Association, Universidade de Jyväskylä, Finlândia.
- Anselin, Luc (1988), **Spatial Econometrics: methods and models**, Kluwer Academic, Dordrecht.
- Anselin, Luc, e Wendy Cho (2002), "Spatial Effects and Ecological Inference", in *Political Analysis*, **10** (3), pp. 276-297.
- Caleiro, António (2004), "Demografia Regional e Ciclos Políticos: O caso assimétrico", in *Economia e Sociologia*, No. **77**, pp. 5-14.
- Carrilho, Maria José (2002), "Evolução demográfica no período intercensitário 1991-2001", Seminário Censos 2001 – Resultados Definitivos, Instituto Nacional de Estatística.
- Carrilho, Maria José, e Lurdes Patrício (2003), "A Situação Demográfica Recente em Portugal", in *Revista de Estudos Demográficos*, No. **34**, Instituto Nacional de Estatística, pp. 115-141.
- Ferrão, João (2003), "Dinâmicas Territoriais e Estratégias de Desenvolvimento, Portugal 1991-2001", in *Revista de Estudos Demográficos*, No. **34**, Instituto Nacional de Estatística, pp. 17-25.
- Ghatak, Subrata, Paul Levine, e Stephen W. Price (1996), "Migration Theories and Evidence: An assessment", in *Journal of Economic Surveys*, Vol. **10**, No. **2**, pp. 159-198.
- Guerreiro, Gertrudes, e António Caleiro (2005), "Quão Distantes Estão as Regiões Portuguesas? Uma aplicação de escalonamento multidimensional", in *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, **8**, 1.º Quadrimestre, pp. 47-59.
- Instituto Nacional de Estatística (2003), "Recenseamentos Gerais da População e da Habitação: Dados comparativos 1991-2001."
- King, Gary (1997), **A Solution to the Ecological Inference Problem: Reconstructing Individual Behavior from Aggregate Data**, Princeton University Press, Princeton.
- LeSage, James P. (1998), "Spatial Econometrics", Department of Economics, University of Toledo.
- Molho, Ian (1986), "Theories of migration: A review", in *Scottish Journal of Political Economy*, Vol. **33**, No. **4**, Novembro, pp. 396-419.
- Nazareth, J. Manuel (2004), "A dinâmica da população portuguesa no período 1991-2001", in *Economia e Sociologia*, No. **76**, pp. 5-30.
- Niebuhr, Annekatrin (2003), "Spatial Interaction and Regional Unemployment in Europe", in *European Journal of Spatial Development*, **5**, Outubro, pp. 1-26.
- Polèse, Mario (1998), **Economia Urbana e Regional: Lógica espacial das transformações económicas**, Colecção APDR, APDR, Coimbra.
- Tiebout, Charles (1956), "A Pure Theory of Local Expenditures", in *Journal of Political Economy*, **64**, pp. 416-424.